

Alfabetização e escolarização de trabalhadores negros no Recife oitocentista: perfis e possibilidades

Itacir Marques da Luz*

Resumo:

O artigo procura discutir as práticas de escolarização e alfabetização entre a população negra no contexto do Brasil oitocentista, entendendo essas diferentes “formas de praticar” dentro do conjunto das iniciativas cotidianas de resistência e afirmação social, empregadas pelos negros, diante dos limites políticos e culturais da sociedade escravista. Esse fenômeno sociocultural é aqui discutido a partir da implementação oficial das aulas de primeiras letras para mestres e aprendizes de ofícios, por parte de uma associação de profissionais deste mesmo segmento, fundada na cidade do Recife, observando as repercussões sociais e étnicas desta ação educativa, e o que ela representa na compreensão da produção simbólica e material das pessoas negras no Novo Mundo.

Palavras-chave:

população negra; alfabetização; trabalho; escravidismo.

* Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Membro do Centro de Estudos e Pesquisas em História da Educação (GEPHE).

Literacy and schooling of Afro-Brazilian workers in Recife in the 1800's: profiles and possibilities

Itacir Marques da Luz

Abstract:

In this study, we discuss the practices of schooling and literacy of the Afro-Brazilian population in the context of nineteenth-century in Brazil, interpreting these different “ways to practice” as everyday initiatives of resistance and social affirmation used by Afro-Brazilians in face of the political and cultural limitations of slave society. This sociocultural process is herein analyzed since the official implementation of the “first letters” classes to teachers and apprentices of crafts by a professional association founded in the city of Recife. We observed the social and ethnic repercussions of this educational activity and what it represents in the understanding of the symbolic and material production of Afro-Brazilians in the New World.

Keywords:

afro-brazilian population; literacy; labor; slavery.

Introdução

As demandas dos grupos sociais, bem como suas proposições e ações, constituem importante objeto de reflexão da história, na medida em que figuram entre os elementos de configuração da nossa realidade, tanto hoje quanto no passado. Mais particularmente, no que tange à História da Educação, isso envolve uma análise atenta sobre a produção simbólica e material de determinados sujeitos nos espaços educativos, bem como sobre sua vivência no mundo do trabalho e nas outras dimensões da cultura.

No que se refere à população negra, é imprescindível a ampliação dos estudos de sua participação no campo educacional, a partir da experiência e dos referenciais adquiridos nos processos sociais e históricos dos quais fez parte, o que contribui no avanço do enfrentamento da invisibilidade das questões relativas a esse grupo. Trata-se, portanto, de uma forma de reagir a mais um tipo de expressão da violência racista praticada ao longo da história deste país. Afinal, como bem destaca Gomes (1996, p. 88-89):

[...] não se pode desconsiderar que a questão racial assume um lugar de destaque na formação da nossa sociedade, uma vez que esta teve suas bases econômicas, sociais, e culturais constituídas sobre o trabalho escravo, e a negação da cultura negra foi um dos principais enfoques no processo de construção da tão propalada identidade nacional.

É nesse sentido que este artigo procura discutir as práticas de escolarização e alfabetização entre a população negra, no contexto do Brasil oitocentista, marcado pelo escravismo, entendendo essas diferentes “formas de praticar”, principalmente, dentro do conjunto das iniciativas cotidianas de resistência e afirmação social, empregadas pelos negros diante da realidade que enfrentavam.

Para isso, o fio condutor de nossa análise é o processo de implementação oficial das aulas de primeiras letras para mestres e aprendizes de ofícios específicos, empreendido pela Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais – SAMLP, uma associação de profissionais deste mesmo segmento, fundada na cidade do Recife, de acordo com os dados documentais disponíveis¹.

1 Uma discussão mais ampla sobre o papel dessa entidade, nas suas primeiras décadas, como instância de difusão da leitura e da escrita entre a população negra do Recife oitocentista, foi desenvolvida por nós como estudo de mestrado, no Programa de Pós-graduação em Educação da UFPB, no período de 2006 a 2008 (LUZ, 2008).

Interessa-nos aqui explorar algumas questões que envolvem a implementação de tais aulas e o público por ela contemplado, bem como suas repercussões, considerando os aspectos social e, fundamentalmente, étnico que estavam na base do próprio surgimento da entidade responsável por tal iniciativa, sem deixar de lado os limites políticos e culturais relacionados ao sistema escravista, que tornavam a sociedade de então autoritária e desigual, e que não deixavam de se impor a essa ação educativa.

As respostas surgidas desse exercício certamente nos permitirão lançar outros olhares sobre a história da educação dos negros, não apenas na capital pernambucana, mas no panorama mais geral do Brasil oitocentista, de maneira a provocar outra compreensão a respeito da trajetória deste grupo social, e do que isto pode representar na leitura e nas proposições de sua situação atual.

A instrução no Império: iniciativas populares, transgressão negra

Uma educação escolar que se estendesse à maioria da população, sem dúvida, era uma das grandes questões que estavam postas ao Brasil imperial, apesar de o tipo de formação destinado aos pobres de um modo geral (homens, mulheres e órfãos) desde o período colonial, tradicionalmente difundir-se, como ressalta Silva (2002), numa lógica de educação voltada para a sobrevivência e a manutenção da ordem social, sendo normalmente destinada ao aprendizado de algum ofício.

Mesmo depois da lei de 15 de outubro de 1827, na qual o governo autorizava a criação de escolas de primeiras letras nas províncias do Império (BRASIL, 1827) e, apesar de, em algumas províncias, segundo registra Faria Filho (2000) já haver uma intensa discussão nas Assembleias acerca da escolarização da população, sobretudo das chamadas “camadas inferiores da sociedade” - como a pertinência ou não da instrução dos negros (livres, libertos ou escravos), índios e mulheres -, a presença do Estado no ramo da instrução, na realidade, não só acontecia de forma pequena e pulverizada como, algumas vezes, chegava a ser considerada perniciosa.

Vale lembrar que, nesse contexto, as escolas eram efetivamente aulas, públicas e particulares, que, de um modo geral, eram ministradas na casa do

mestre² ou em outro ambiente doméstico que pudesse ser alugado e mantido pelo professor, algumas vezes, com seu próprio dinheiro, mesmo quando eram aulas públicas. Nesse tipo de aula, o método de ensino mais utilizado ainda era o individual, que, por excelência, era um método de instrução doméstica, que permitia ensinar, sem grandes impedimentos, qualquer pessoa que soubesse ler e escrever e se dispusesse; principalmente, nas localidades mais afastadas dos centros urbanos.

Se a escola até inícios do século XIX, no Brasil, foi uma instituição em grande medida ausente da vida da maioria da população, é preciso que se considere que sua crescente afirmação, desde então, não teve o mesmo significado, ou foi vivida da mesma maneira, pelo conjunto desta mesma população. Como lembra Faria Filho (1999), trata-se de uma cultura escolar que, se de um lado se constrói guardando uma íntima relação com o alfabetismo, de outro, tal movimento se dá no interior de uma relação de tensão com a cultura oral da população, no que se refere aos modos de pensamento, de conhecimento e de expressão, característicos dessas diferentes esferas culturais.

Com relação aos negros, não havia impedimento legal para frequentar as escolas oficiais quando na condição de livres³, embora isso certamente não se tratasse de algo simples, pois, além de enfrentarem a discriminação racial legitimada pelo sistema escravista, também tinham de lidar com uma educação elementar precária ofertada aos pobres como um todo, diante do pouco investimento no ensino público. Todavia, como chama atenção Fonseca (2009), justamente por essa tensão racial do período, é improvável a ausência da população negra nos espaços escolares, até mesmo por se tratar de uma parcela significativa da população em geral, em muitas cidades do Império⁴.

2 Segundo Faria Filho (1999), isto seria ainda uma herança das escolas régias ou das cadeiras públicas de primeiras letras do período colonial. Essas escolas, com professores reconhecidos ou nomeados pelos órgãos do governo responsáveis pela instrução, funcionavam em espaços improvisados, recebendo uma pequena ajuda para o pagamento do aluguel.

3 Como consta, por exemplo, na lei n. 43, sancionada por Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo, presidente da Província de Pernambuco em 1837, em cujo artigo 4º, se estabelecia que só poderiam frequentar as aulas públicas as pessoas livres (PERNAMBUCO, 1837).

4 Ao investigar a participação das crianças negras e mestiças e a instrução elementar em Minas Gerais no século XIX, Veiga (2004) também aponta para essa mesma constatação da presença efetiva da população negra no processo de escolarização, na medida em que se tratava de um projeto de caráter civilizacional, ao qual era necessária a mudança de valores e hábitos dos diferentes grupos sociais para torná-los úteis.

Ao fazer um levantamento e análise de dados populacionais mineiros do século XIX, com vistas a entender a relação dos negros com a escola nesse período, este autor nos mostra uma escola pública com forte presença negra e pobre, resultado, naquele caso, de um investimento do estado na instrução pública, mas também das próprias famílias negras e pobres que vislumbravam na escolarização um importante código de liberdade.

Se levarmos em consideração a relação dos negros com os processos de escolarização, em Minas Gerais, podemos dizer que eles estabeleceram relações com os processos de modernização no mesmo nível que outros grupos. Sua dificuldade de inclusão na sociedade contemporânea não se deu por uma incapacidade de compreender o significado de elementos modernizadores, como a escola (FONSECA, 2009, p. 232-233).

Toda essa heterogeneidade, no que seria uma cultura escolar em construção, podia ser percebida não apenas diante das aulas públicas vinculadas ao estado e toda a sua precariedade, mas também na diversidade e no prestígio de que desfrutavam os outros espaços não estatais de instrução junto à população, apesar dos crescentes esforços governamentais empregados para influenciar tais experiências:

[...] a rede de escolarização doméstica, ou seja, de ensino e aprendizagem da leitura, da escrita e do cálculo, mas, sobretudo, da leitura, atendia a um número de pessoas bem superior ao da rede pública estatal. Essas escolas, às vezes chamadas de particulares outras vezes domésticas, ao que tudo indica, superavam em número, até bem avançado no século XIX, aquelas cujos professores mantinham um vínculo direto com o Estado (FARIA FILHO, 1999, p. 144-145).

Algumas dessas aulas, ditas particulares, normalmente funcionavam em espaços cedidos e organizados pelos pais das crianças e jovens, aos quais os professores deveriam ensinar, algumas vezes agregando os vizinhos e parentes dos contratantes. O pagamento do professor era de responsabilidade do chefe de família que o contratava, podendo mesmo chegar a criar efetivamente uma escola para esse fim.

Entre os espaços educacionais alternativos criados nessa época, destacamos aqueles de iniciativa da população negra. Um caso bastante emblemático desse tipo de iniciativa dos negros em função de suas demandas educacionais

foi o caso estudado por Silva (2002), sobre a escola primária particular na Freguesia de Sacramento que, em plena Corte, no ano de 1853, não só era desvinculada do aprendizado de ofícios específicos e urbanos, como era destinada aos meninos “pretos e pardos”, segundo descrição do seu fundador e professor, Pretextato dos Passos e Silva, que também se designava “preto”.

Aos escravos, sobre quem pesava a proibição legal de matrícula nas escolas, parecia restar, fundamentalmente, o aprendizado de algum ofício para atender às necessidades da sociedade que os explorava. Seja quando executado para os seus donos, ou quando alugados para terceiros, o trabalho desses escravos proporcionava um lucro certo e fácil para o senhor. Por isso, ensinavam-lhes um ou mais ofícios e os exploravam o quanto podiam, vivendo à custa de seu trabalho. Dessa maneira, o preço do escravo na cidade variava de acordo com a sua especialização. Assim, tornava-se uma atividade lucrativa comprar escravos boçais para instruí-los em alguma arte ou ofício e depois vendê-los ou alugá-los. Tal especulação em torno da mão de obra escrava, inclusive, não passou despercebida por Henry Koster (1978, p. 486), ao observar o cenário pernambucano da época. De acordo com esse viajante inglês:

[...] e conseguindo alguns avantajados recursos, compravam escravos aos quais ensinavam os seus ofícios, assim como a outros, tirando daí grande proveito; e trabalhando os escravos para seus senhores, proporcionando-lhes assim grandes rendimentos, porque a mão-de-obra era geralmente cara e aqueles que exigem certa perfeição são melhormente recompensados.

A carência de mão de obra especializada europeia havia transformado a presença dos negros e pardos nas tendas de trabalho num sustentáculo para essas atividades; a maioria dos mestres, mesmo os pardos e negros, possuía escravos ao seu serviço e a eles transmitia o seu *métier* por força da própria estrutura de funcionamento dos ateliês.

No entanto, para além da lucratividade dos seus donos e do modo, muitas vezes, compulsório como se dava o aprendizado dos ofícios, a aquisição desses conhecimentos profissionais poderia trazer não só a possibilidade de sair das vistas do senhor e circular com mais “liberdade” pelas ruas da cidade, no sentido de escolher e estabelecer novos laços de amizade, família ou patronagem, aproximando-se quase da indiferenciação do mundo dos livres.

Tal mobilidade, associada à própria especificidade do ofício que exerciam, também abria aos negros livres ou escravos uma possibilidade maior de acessarem certos espaços e conhecimentos, podendo utilizá-los como instrumentos, que, em outra situação, dificilmente seria possível. E, também, por meio dessa ampliação do seu campo de ação, alguns acabavam estabelecendo uma relação simultânea com as letras, independentemente da forma ou nível em que isso seja considerado, pois, como lembra Roche (2001), a cidade constitui um universo cultural original, no qual a escrita representa algum papel, mesmo para aqueles que não a decifram.

Como alguns escravos do sexo masculino eram mandados a uma “escola” privada vocacional ou de aprendizado de uma profissão, é possível que alguns deles fossem instruídos por aqueles que os tinham treinado numa profissão, embora não haja provas de que essas escolas também ensinassem a ler e escrever. Pode ser também que os próprios senhores os ensinassem, na perspectiva de garantir uma lucratividade maior com seus cativos alfabetizados, considerando que havia um público consumidor, como os comerciantes, que precisava de gente que soubesse pelo menos contar, senão ler e escrever.

Karasch (2000), por sua vez, chama atenção para o fato de que alguns africanos que chegavam ao Rio de Janeiro nessa época, por exemplo, já haviam aprendido a falar, ler e escrever em português na África. Outros eram crioulos que aprenderam a língua em alguma das colônias portuguesas, mas havia também escravos que vinham de regiões da África onde o vocabulário português ou a própria língua tinham sido assimilados, graças ao longo contato com os portugueses ou com mercadores que usavam o português. Assim, é perfeitamente possível que alguns dos escravos alfabetizados do Rio tivessem aprendido a ler e escrever português na África, ou com outros escravos da cidade que continuavam a transmitir a língua de “pai para filho”.

Um número significativo de escravos e libertos alfabetizados, inclusive mulheres, que assinavam seus nomes nos documentos e registros notariais da época, também foi constatado pela autora. Embora a maioria tivesse de assinar com uma cruz, uma minoria era capaz de escrever seu próprio nome com uma letra tão boa quanto a dos escribas. É difícil saber exatamente como aprendiam a ler e escrever, especialmente as mulheres, numa sociedade em larga medida analfabeta. Mas eles não só sabiam como também utilizavam ordinariamente tais conhecimentos.

De fato, esses códigos pareciam representar algo aos cativos, pois não é difícil encontrar nas fontes da época, casos daqueles que lidavam com o

escrito das mais variadas formas. Como ocorre com este escravo fugido, por exemplo:

No dia vinte e dous de Dezembro do anno passado fugio da caza de Rodolfo João Barata de Almeida um bom mulato por nome Innocencio, *official de sapateiro* com signaes seguintes: cor trigueira, estatura alto, cheio do corpo, cabeça grande, pouca barba, representando ter 24 annos de idade, e *tem escrito em hum dos braços o seu nome por inteiro Innocencio de Santa Anna e Mello, e uma figura de mulher tudo feito com tinta azul*; quem o aprehender levem em caza do mesmo Barata, na rua de traz do Palacete que será generosamente gratificado (DIÁRIO..., 1836, p. 14, grifo nosso).

Isso nos chama atenção para o sentido e a simbologia quase mágicos que as letras assumiram entre escravos e libertos no processo de afirmação de sua identidade social, seja por meio do pleno domínio da habilidade de escrever, ou até mesmo do seu mais tenro uso. Particularmente nos casos daqueles que dominassem tal linguagem, isso estaria ligado não apenas às regalias, como também às exigências decorrentes do desempenho autônomo de escravos que, com seus ofícios especializados, eram obrigados a participar de um mercado de trabalho competitivo e agenciar por conta própria seus serviços:

A alfabetização, implicando a aquisição e o uso de um código até então prerrogativa dos brancos, adequava-se a valores e necessidades dos cativos e às circunstâncias do ser escravo e transformava-se em elemento de afirmação social, não só nas relações com a sociedade mais ampla, mas também naquelas estabelecidas intragrupos sociais; no contexto dos relacionamentos existentes entre os dominados e como forma de afirmar as hierarquias existentes entre eles (WISSEMBACH, 2002, p. 112).

Tratava-se de uma habilidade a ser exibida com bastante orgulho entre parceiros, homens e mulheres, escravos e forros, da mesma maneira que faziam questão de ostentar suas armas, suas posses monetárias, o usufruto de condições de relativa autonomia, tais como morar sozinhos, agenciar seus trabalhos, ter suas amantes, gozar da liberdade de ir e vir. Como decorrência ainda desse atrelamento à autonomia, a escrita aparece como instrumento capaz de legitimar posses, numa sociedade que, de fato, não costumava reconhecer as propriedades dos escravos.

Embora possa ter sido uma qualidade individual exercida por poucos, a arte da leitura e da escrita ligava-se direta ou indiretamente às sociabilidades

existentes no mundo das cidades, entretidas entre escravos, forros, negros nascidos livres, brancos pobres, podendo aparecer atrelada a comportamentos solidários, ou travestida em mercadoria passível de ser comprada e vendida. Espreadava-se, portanto, em direção a grupos mais amplos, homens e mulheres de diversas procedências, ofícios e condições, podendo, com isso, ser ampliado para além dos segmentos alfabetizados.

A observação sobre tal dinâmica tem levado os novos estudos a uma tendência de diluição, cada vez maior, das distâncias entre cultura oral e cultura escrita, entre a literatura erudita e o universo de tradições populares, fronteiras estas que, no geral, haviam sido maximizadas pelas vertentes mais tradicionais da etnologia e da antropologia. Apesar de a palavra impressa não deixar de representar uma forma de controle aos que dela se apropriam, isso não significava, necessariamente, uma anulação total de suas outras referências, pois como destaca Zemon-Davis (1990, p. 176)

A leitura dos livros impressos não silenciou a cultura oral. Talvez ela oferecesse às pessoas algo novo sobre o que falar. O aprendizado através do livro impresso não substituiu, de repente, o fazer pelo aprender. Talvez ele oferecesse às pessoas novas maneiras de relacionar o que faziam com o conhecimento, novo ou velho.

Essa relação simultânea com tais domínios também foi observada por Silva (1997), ao tratar de outro personagem popular da história brasileira oitocentista. Cândido da Fonseca Galvão, ou príncipe Dom Obá II D'África, como era popularmente conhecido esse ex-oficial negro do exército brasileiro, aprendeu a ler e escrever provavelmente com seu pai, um africano forro, no interior da Bahia. Aproxima-se efetivamente dos livros ao mudar-se para o Rio de Janeiro, depois de voltar da guerra do Paraguai. Os escritos que publicava nos jornais sobre temas diversos e sua própria postura nas ruas da cidade, movendo-se entre os diferentes estratos sociais, acabaram tornando-o uma figura de destaque na sociedade carioca da segunda metade do século XIX: escarnecido pela elite branca, mas respeitado pela população negra.

Ao procurar analisar a vida e o pensamento desse homem dentro da dinâmica de sua época, o autor concluiu que, mesmo tomados seus livros e suas leituras em toda sua extensão máxima, eles pareciam insuficientes para explicar, no todo, seu pensamento e sua visão de mundo. Embora tenha deixado uma documentação escrita relativamente vasta, o autor salienta o fato de o

“príncipe” ter vivido e testemunhado um mundo basicamente oral: o mundo pré-literário de escravos, libertos e homens livres da capital do Império.

Muito mais que qualquer fonte escrita, o Príncipe inspirava-se num fundo comum de tradições e experiências do povo negro e miscigenado do Novo Mundo. Seus escritos revelam a existência de uma memória histórica do Brasil, rudimentar que fosse, transmitida de geração a geração entre escravos, libertos e homens livres de cor (SILVA, 1997, p. 160).⁵

À luz dessa linha de interpretação, Wissembach (2002) destaca que expressões da cultura escrita que circulavam entre escravos e livres pobres, habitantes da cidade, devem ser entendidas em suas intersecções com outros aspectos da sociabilidade urbana. Entre esses aspectos estão a maneira pela qual as notícias se espalhavam entre tais populações, a exemplo dos hábitos de leitura em voz alta, o diz que diz, o ouvir falar, as novidades que iam e vinham das cidades em direção às fazendas do interior e vice-versa.

Ampliando a percepção dos direitos que os escravos tinham na época, para serem compreendidas, tais dimensões devem ser inseridas numa conjuntura particularmente agitada, marcada, por exemplo, pelas leis emancipacionistas, das quais os escravos, certamente, tomavam rápido conhecimento, pelo aumento das agitações, em revoltas que tendiam a se espalhar, sobretudo nas últimas décadas da escravidão, e pelo crescente comprometimento de largas parcelas da sociedade urbana com o movimento abolicionista.

Nessa direção, dilui-se cada vez mais a ideia de escravos apartados do contexto político e dos movimentos que resultaram na derrocada final do regime da escravidão. A reintegração dos escravos como agentes à história, o reconhecimento dos níveis de consciência e atuação que tiveram, e nos níveis em que agiram, os pressupostos de que, em certo sentido, eles eram senhores de si, implica, ao final, uma revisão profunda dos chamados efeitos negativos ou maléficos da escravidão – e que vinham se convertendo em limitações à

5 Uma das discussões emblemáticas sobre esse tipo de relação com as letras foi, sem dúvida, aquela feita por Ginzburg (1989), ao pesquisar a história de Menocchio, um moleiro italiano autodidata, que foi perseguido e queimado pela Inquisição entre o final do século XVI e início do XVII, pelo argumento de estar propagando ideias antirreligiosas, mas que, na verdade, eram fruto de leituras e interpretações, muito particulares, de alguns livros, lidos ao longo de sua vida.

interpretação, sobretudo quando observados à luz dos comportamentos dos ex-escravos na vivência da liberdade.

Mesmo significando um corte profundo com a situação pregressa, é preciso ressaltar que a abolição não significou a ruptura total com as experiências vividas nos limites e nas possibilidades do ser escravo. A simples ideia de ruptura que, por tanto tempo, impregnou os estudos sobre a Modernidade, numa sociedade formada exclusivamente por homens livres, cidadãos em potencial, trazia implícito o anseio em escamotear escravos e forros como grupos socialmente ativos, transformando-os em seres destituídos de experiências historicamente constituídas.

É, justamente, partindo dessa compreensão que destacamos o papel de algumas organizações compostas por trabalhadores negros livres, libertos e escravos, e que chegaram mesmo a constituir-se um movimento autônomo de expansão da alfabetização para seus pares ou, em alguns casos, para um público mais amplo, numa demonstração significativa desses “outros” espaços e processos escolares possíveis. Uma delas veio a surgir no Recife, na primeira metade do século XIX. Vejamos um pouco dessa história.

Começando nas primeiras letras

Na década de 1840, o Recife não era palco apenas de um escravismo reinante e dos grandes conflitos armados que tanto marcaram a história da província de Pernambuco. Havia também um clima de tensão permanente na cidade, diante do contínuo processo de perda de espaço dos operários locais em relação aos estrangeiros, nas principais frentes de trabalho da cidade. Em meio a esse cenário, é inaugurada, no dia 21 de outubro de 1841, a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco.

No seu primeiro ano de existência, essa entidade já contava com 155 sócios registrados, sendo que destes 143 eram pretos, mulatos e pardos, o que a caracterizava como um reduto de negros (SOCIEDADE..., 1841). Como se não bastasse, ainda surge se propondo a reagir à desvalorização dos trabalhadores nacionais, promovendo, por iniciativa e recursos próprios, maior qualificação destes, por meio de aulas de conhecimentos técnicos relativos às artes mecânicas, ou seja, os ofícios de pedreiros, carpinteiros, tanoeiros e demais atividades da mesma área, como sua direção chega a anunciar neste ofício enviado à Assembleia Legislativa de Pernambuco, em 1846:

Os artistas desta cidade conhecendo a necessidade de se darem mutuamente força, e procurarem adiantar seus conhecimentos, a fim de poderem suportar a concorrência estrangeira, reunirão-se em Sociedade sob a denominação de Associação das Artes Mecanicas, e esta sociedade para alcançar hum dos seus fins tem sustentado athe hoje em exercicio as cadeiras de Dezenho Linear, e de Geometria aplicada ás Artes, nas quaes, tem, comprazer visto os progressos de alguns de seus adeptos [...]. (ASSEMBLEIA..., 1846, s.p.).

As dificuldades de abrir e manter essas aulas profissionalizantes, no entanto, eram muitas, em função mesmo dos poucos recursos disponíveis, uma vez que partiam basicamente das posses de homens pobres e não contavam com o apoio governamental devido. Isso, porém, não seria empecilho suficiente para decretar o fim do trabalho educacional que vinha sendo desenvolvido, e que era necessário para a mudança do quadro que se apresentava aos trabalhadores locais.

Mas, à medida que tais aulas iam seguindo, ficava perceptível que seu sucesso demandava o conhecimento e um exercício permanente e autônomo de algo que os seus atendidos pareciam não dominar, assim como boa parte da população da época, fossem os mais abastados ou os mais simples: a leitura e a escrita. Por isso, passou-se a oferecer o ensino sistemático das primeiras letras junto às aulas profissionalizantes, de maneira a suprir tal carência entre seus alunos; o que sua diretoria também expôs em mais um ofício enviado à Assembleia Legislativa da Província, desta vez no ano de 1854, na expectativa de sensibilizá-la para o apoio devido:

A actual Direção da Sociedade das Artes Mechanicas e Liberaes desta Província, no empenho de continuar na realização do muito nobre e patriotico pensamento, que deu origem á instituição da mesma Sociedade, e destarte cumprir os deveres que lhe são inherentes, tem cuidadosamente estudado as suas necessidades; assim como procurando chegar ao conhecimento de quaes os meios, cujo emprego possa fazelas desaparecer senão todas, ao menos parte dellas; e logo a primeira que atrahio sua attenção foi a criação d´uma aula de instrucção elementar onde os socios possam adquirir esses primeiros rudimentos sem os quaes elles na sua maior parte não poderão faser o menor progresso [...] (ASSEMBLEIA, 1854, s.p.)⁶

6 O próprio método de ensino adotado para as aulas era um dos fatores que exigiam essa maior “propriedade” das letras por parte dos seus sócios frequentadores, uma vez que se

Isso talvez já representasse uma expressão da transformação pela qual passava o universo profissional da época, o que, conseqüentemente, era sentido, em uma ou outra medida, por todos os trabalhadores em atuação na cidade⁷. Mas, ao analisarmos esse processo de mediação do livro e, com ele, da própria cultura letrada no cotidiano desses trabalhadores locais, também não podemos perder de vista as condições estruturais existentes. E, nesse aspecto, a escassez de recursos era algo que se impunha à realidade desses indivíduos, que viam qualquer tentativa sua de apropriação ou utilização dos instrumentos novos que se apresentavam enfrentar dificuldades e limitações. Mais especificamente com relação à associação, esses obstáculos também se materializaram na adoção e aplicação do método de ensino, como se verifica no mesmo ofício:

Outra necessidade é a da tradução e impressão da obra de Geometria pelo Barão Charles Dupin, a mais propria neste genero para o estudo dos Artistas pela immediata applicação de suas regras e preceitos ás Differentes Artes e Officios, a qual por esta razão, tendo a referida Sociedade adotado, e dado principio a sua tradução p. falta de forças, só pôde conseguir a tradução e impressão de três licções. Não menos sensível é a falta de modelos, e de estatuas que facilitem a intelligencia das regras applicaveis aos variados desenhos conforme á posição dos objectos ou a maneira porque os queira representar o observador; necessidades todas, além d’outras, que se um prompto remedio lhes não for applicado já mais a realisação do fim que procura attingir a mencionada Sociedade se poderá conseguir [...] (ASSEMBLEIA, 1854, s.p.)

Temos, então, um livro técnico adotado – inicialmente em outro idioma! –, que passa a ser um dos principais mediadores do trabalho educacional em execução, e isso gerava uma demanda específica no interior das próprias

encontrava sistematizado basicamente em forma de livro, o *Curso normal de geometria e mecânica aplicada às artes*, do Barão Dupin. Tendo sido político, matemático e economista, de acordo com Bello (1978), esse francês, nascido em 1784 e falecido em 1873, foi membro da Academia de Ciências de Paris, tendo trazido notável contribuição aos estudos de sua especialidade.

- 7 Não sabemos exatamente quem introduziu essa obra nas aulas da associação, mas o fato é que ela já circulava entre os livros técnicos disponíveis à venda em alguns locais especializados que havia, espalhados pela província. Um sobrado da Rua do Bom Sucesso, em Olinda, dizia ter essa e outras publicações do gênero “por um preço muito cômodo” (DIÁRIO..., 1843, p. 4).

aulas, ao menos por leitura. Demanda essa que, aparentemente, já existia, de acordo com a história circulante no século XX, sobre a origem da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco. Segundo alguns desses relatos, a leitura e a escrita teriam sido justamente os grandes motivadores do surgimento dessa associação, a partir da figura de um dos seus fundadores e seu primeiro diretor, Izidio de Santa Clara, dito um professor de aulas noturnas⁸.

Sendo assim, o que estaria sendo proposto, a partir de agora, talvez fosse maior definição e formalização quanto à alfabetização dentro do trabalho educacional da associação, criada para atender a uma demanda mais específica dos operários locais. Leitura e escrita sistemática era o que poderia garantir não só o sucesso do trabalho que estava sendo realizado, mas a possibilidade de a própria entidade continuar existindo. Por isso, eles resolveram agir no sentido de materializar seu projeto, sem deixar de solicitar às autoridades o apoio necessário a essa nova empreitada:

Este remedio, Senr. Deputados, já a Sociedade principiou a aplicar creando uma aula de instrução primaria sob a direção d'um de seus membros para isto habilitado; porem ainda assim não estão desfeitas todas as dificuldades, que tendem a empecer-lhes a mancha de seu progresso, e é certo que nunca o estarão se Vós, cujo zello e dedicação ás Artes, que tantas vezes tendes manifestado, a não auxiliardes com um augmento de cota tal, que possa não só animar a esta recente criação como prever as outras do necessario fim de que ellas possam ser tão uteis e proveitosas quanto são precisas. A sobred^a. Direção pois, confiando no (...) patriotismo q. sempre vos dirige em vossos actos legislativos, vem suplicar-vos em nome da mesma Sociedade que attendendo todas quantas rasões vos ficão expostas, augmenteis a cota que annualmente costumais marcar-lhe, na cifra que para todos os fins julgardes necessaria. E. R. M. Recife, 23 de Março de 1854. João dos Santos Ferreira Barros – Director da Sociedade (ASSEMBLEIA..., 1854, s.p.).

Além de reforçar mais uma vez o caráter autônomo das atividades desenvolvidas pela associação, essa iniciativa de promover as aulas de instrução elementar com recursos próprios representava um passo significativo para

8 Sobre essa versão da origem da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, conferir: *Diário de Pernambuco* (1953), *Jornal do Comércio* (1944, 1951a-e) e *Diário da Noite* (1958).

a própria entidade. Isso porque ela caminharia no sentido de se tornar um importante canal de alfabetização na cidade do Recife, paralelamente aos espaços criados e mantidos pelo estado para isso.

Os dados de 1850 - portanto, mais ou menos o mesmo período em que tais aulas passaram a ser realizadas -, apesar de não nos informar o número de escolas existentes neste ano, registram, por exemplo, que 2.412 pessoas frequentavam os espaços de instrução oficiais. No ano de 1863, já com 179 escolas criadas, esse número de frequentadores sobe para 6.125⁹.

Apesar de esses números não representarem uma expressão exata da realidade, nos dão um panorama da situação educacional oficial da cidade, ao menos no seu aspecto quantitativo. E fica evidente neles que a ação do estado não contemplava efetivamente as demandas por instrução da população como um todo, principalmente, as do segmento representado pela SAMLP.

Isso porque os profissionais negros constituíam o grande contingente de trabalhadores dessa época no Brasil. E, como tal, sua imagem era mais associada ao universo empírico, ao mundo da prática, não simplesmente pelo tipo de atividade que executavam, mas pela mentalidade hegemônica da ordem escravista, que promovia uma dependência generalizada da mão de obra dos cativos e cultivava a desvalorização do trabalho manual no país.

Essa relação com o mundo do trabalho cotidiano também implicava em um lugar social tido como distante do universo das letras ou, teoricamente, incompatível com o “modo escolar” de se instruir. No entanto, foi não só deste segmento que surgiu a Associação dos Artistas, como continuou sendo para o seu atendimento que as atividades da entidade eram direcionadas, demonstrando um tipo de organicidade que continuava presente desde sua fundação. Por isso, importa compreender tal ação educativa também da perspectiva desses sujeitos que a demandaram, de modo que possamos melhor enxergá-la tanto como um fim quanto como um meio.

9 Fonte: Relatório da Presidência da província sobre escolas primárias e frequência de alunos (1850-1863).

Os “Alfabetizando” da SAML

Quem eram os “alunos” das aulas de primeiras letras da SAML, afinal? Essa, sem dúvida, é uma das primeiras perguntas que nos vêm à mente quando nos deparamos com a notícia de um trabalho educacional como esse. Pois bem, vamos às fontes. E as fontes, nesse caso, são um livro de sócios da associação, datado de 1841, e, principalmente, o livro de matrículas nessas ditas aulas, este em razoável estado de conservação, apesar do passar do tempo.

Nas suas páginas, constam os registros, com data de três de julho de mil oitocentos e cinquenta e nove, feitos pelo então secretário da Sociedade dos Artistas, Pedro José Pereira dos Santos Alvarenga. Os dados do livro de sócios da Sociedade dos Artistas registram-no como sendo um pernambucano pardo; casado e morador da Rua das Calçadas, no bairro de S. José. O dia 24 de setembro de 1857 parece ter sido a data provável do seu ingresso na entidade.

Primeiro, observando o próprio perfil deste secretário, valeria pensar que, mesmo na possibilidade de nunca ter tido nenhuma experiência pessoal ou próxima relacionada ao escravismo – o que não pudemos comprovar por falta de dados documentais - ou mesmo que já trabalhasse numa atividade burocrática, como um emprego público ou comércio, não se trata de um perfil muito comum para aqueles que escreviam com tanta desenvoltura, mesmo para o contexto do Recife comum, uma das principais capitais brasileiras do século XIX, e, portanto, com uma relativa presença do escrito no seu intenso cotidiano urbano.

Sendo assim, indagamos: por quais meios ou qual o processo foi seguido pelo secretário Pedro José? Teria sido alfabetizado nos espaços formais, ou seja, frequentando as aulas públicas, uma vez que não era nem parecia ter sido escravo e, portanto, gozava do direito de acessar essas aulas? Ou, quem sabe, ele tenha feito parte de mais um daqueles que recorreram às particulares, a exemplo dos alunos do carioca Pretextato? Teria sua alfabetização sido fruto da sociabilidade e das técnicas comuns aos trabalhos especializados? Enfim, as indagações, bem como as possibilidades, são muitas.

Mas, a provocação não é menos contundente quando passamos aos perfis dos próprios alunos, ou, àqueles que haviam se matriculado para as aulas de primeiras letras da associação. Eram cerca de vinte e cinco, em sua maioria, pretos e pardos nascidos em Pernambuco. Dentre estes, vale destacar que

alguns aparecem como profissionais associados à Sociedade dos Artistas - oito no total – com idades acima de vinte anos. A primeira matrícula que abre os registros é uma das mais instigantes, a saber:

Aos trez dias do mez de Julho de mil oitocentos e cincoenta e nove matriculouse na aula de primeiras letras Lourenço José de Sant’anna – preto, cazado, com vinte e quatro annos de idade, natural de Pernambuco. Profissão de pedreiro – sócio da Sociedade das Arttes Mechanicas e Liberaes: do que para contar, fiz este termo que assignei com o mesmo alumno. Pedro José Pereira dos Santos Alvarenga – Secretário. Lourenço José de Santana. (“Livro de M.A.P.L”, SOCIEDADE..., 1858, p. 2)¹⁰.

Particularmente nesse caso, chama atenção como um homem, já aos vinte e quatro anos de idade e casado, resolve se matricular numa aula de primeiras letras, apesar de todas as dificuldades cotidianas que certamente enfrentaria para isso, pois se tratava de um pedreiro de profissão e, a não ser que tivesse empregados, ou mesmo possuísse escravos para executar a maior parte do trabalho duro, como acontecia com alguns mestres de ofício e donos de oficinas dessa época, que treinavam seus escravos ou contratavam trabalhadores livres para realizar essas atividades, isso implicava em um cotidiano árduo que precisava encarar para sobreviver e sustentar sua família.

Some-se a isso o fato do nosso personagem ser preto, o que, muitas vezes, implicava um estatuto social mais associado à experiência da escravidão. Isso representava um grande fator de dificuldade numa sociedade que não poupava nem mesmo os negros nascidos livres e até de tons de pele mais claros, apesar das situações de dissimulação quando se tratava daqueles negros de algumas posses.

Assim como Lourenço, a maioria dos vinte e cinco sócios registrados no livro de matrícula dessas aulas tinha o mesmo perfil, ou seja, o de serem pretos ou pardos, além de nascidos em Pernambuco, residirem nos bairros centrais da cidade e atuarem como profissionais ou aprendizes de algumas das

10 Adotamos a sigla MAPL para nos referir às matrículas das aulas de primeiras letras, abertas pela associação e salientamos que, apesar de esta matrícula citada e de outras terem sido feitas no ano de 1859, o livro no qual elas foram registradas data do ano anterior, ou seja, 1858. Uma das hipóteses é de que tenha sido arquivado logo após sua abertura e reutilizado no ano seguinte.

chamadas artes mecânicas, tais como: carpinteiros, marceneiros, tanoeiros, sapateiros, etc.

No interior dessa aparente homogeneidade, no entanto, talvez seja preciso destacar ainda outros “pequenos detalhes”. Sutilezas que provocam um pouco mais nossa compreensão sobre quem foram esses homens em seu mundo e sobre o que significaram essas aulas de primeiras letras.

Como, por exemplo, nos dados sobre João Fagundo Ferreira, que, de acordo com o livro de sócios da Associação, aberto no ano de 1841, se tratava de um pedreiro de cor preta, solteiro, com vinte e sete anos de idade, e natural de Pernambuco, tendo ingressado na entidade no dia 15 de agosto de 1855. Mas o “detalhe” interessante é que João Fagundo morava na rua S. Cleneiro, bairro da Várzea, ou seja, fora do centro do Recife, justamente aquele que poderíamos chamar de circuito do qual surge a associação. Circuito formado pelo bairro portuário de nome homônimo à cidade, pelos bairros de Santo Antônio e São José, e pelo bairro da Boa Vista. Apesar de próximo do centro da cidade, o bairro da Várzea estava localizado já no continente, numa área de engenhos urbanos que, cada vez mais, davam lugar à cidade que crescia.

Apesar de parecer apenas mais um caso específico de demonstração da mobilidade em meio à dinâmica social dessa época, o fato de esse homem, que agora se matriculava nas primeiras letras, residir relativamente distante, não só das próprias aulas, mas também dos outros que a ela se candidatavam, pode ser tomado como uma boa demonstração da amplitude e da potencialidade dessa ação de alfabetização popular, mesmo que as matrículas analisadas registrem um número não tão grande de pessoas.

Da mesma forma, a perspectiva de tal amplitude reforça-se com a matrícula daqueles mais jovens, como no caso de Frutuoso Hiquiliano Ferreira da Silva, um preto de quatorze anos de idade, filho de Vicente Ferreira Cornelis e, segundo o registro, pernambucano, com a profissão de marceneiro. Assim como ele, João Antonio Ferreira Affonso, também pernambucano, tinha doze anos de idade.

No entanto, dois aspectos se destacam no perfil desse garoto com relação ao jovem anterior e ao grupo como um todo: primeiro, era órfão e consta como entalhador assistente na casa de Sebastião Pereira da Silva, este que, de acordo com o livro de sócios da SAMLPA, era um pardo entalhador, residente no Beco de Assoguinhos, no bairro de Santo Antônio. Talvez já fosse mestre no ano da abertura dessas aulas, uma vez que, em de 1841, tinha dezesseis

anos de idade e, provavelmente, já era profissional. Segundo, era branco, ou pelo menos fora registrado como tal no livro de matrícula das primeiras letras.

A cor da pele aqui merece destaque como um elemento importante dentro das características desse grupo de candidatos à alfabetização. Afinal, tratava-se de homens negros buscando aprender a ler e a escrever dentro de uma estrutura social, em que justamente a cor era referência do lugar a ser ocupado e dos saberes a serem adquiridos, embora não fosse determinante em certas circunstâncias. Para estes, costumava-se esperar o puro aprendizado empírico da profissão, para suprir as exigências do mundo do trabalho, principalmente no caso dos escravos.

Essa determinação de se apropriar desse tipo de conhecimento também chegou a ser observada por Reis (2003), para o caso dos malês, negros islâmicos pertencentes à etnia hauçá, na Bahia, que utilizavam a leitura e a escrita árabe como importante meio de comunicação entre si e que serviram para operacionalizar seus planos de insurgência na capital baiana, culminando no levante armado do ano de 1835. Destaca o autor, porém, que esta não foi uma exclusividade dos malês baianos, uma vez que a dedicação à escrita pode ser encontrada em outras regiões nas Américas onde africanos muçulmanos foram escravizados, apesar de não apresentarem a face guerreira dos que existiram na Bahia.

Embora o movimento ocorrido na Bahia tenha características bem particulares, que o distinguem do fenômeno aqui abordado – inclusive, no que se refere à própria linguagem em que se dava a comunicação dos envolvidos –, em ambos os casos, mostra-se como tal tecnologia serviu na organização coletiva e na busca por viabilizar uma intervenção direta nas suas condições de vida. Trata-se do impacto simbólico que a posse de tais conhecimentos, por parte destes indivíduos, causava na sociedade da época, pois, segundo Reis (2003, p. 228):

Para uma sociedade cujo grupo dominante, os brancos, continuava predominantemente analfabeto, não deve ter sido fácil aceitar que escravos africanos possuíssem meios sofisticados de comunicação. Escrever, afinal, era um sinal indiscutível de civilização, de acordo com os valores europeus que predominavam entre a elite baiana da época, e que localizavam os africanos no universo da barbárie, da pré-escrita, portanto.

Mesmo que a intenção do grupo não fosse promover uma rebelião armada, como ocorreu na Bahia, a iniciativa de instalar aulas sistemáticas

para alfabetização, principalmente para trabalhadores negros, numa época em que isso parecia pouco factível, significou algo não menos agudo, pois atingia frontalmente todo um conjunto de representações negativas que se estabelecera sobre a população negra e sobre alguns elementos a ela relacionados, de forma a justificar a própria existência do escravismo.

Por isso, as aulas de primeiras letras da Associação dos Artistas e o público que as procurava colocam-se como mais uma provocação à história da educação brasileira ainda carente de mais aprofundamento nesse tipo de estudo, na medida em que representaram um exemplo dessa ativa participação da população negra nos processos de alfabetização, demonstrando uma face não linear e não determinista desse processo de aquisição da leitura e da escrita, mas sim, um conjunto heterogêneo e dinâmico de busca por códigos de liberdade.

Considerações finais

Numa sociedade estabelecida sobre o escravismo como foi o Brasil oitocentista - o que pressupunha um ajustamento da população negra à margem dos espaços sociais e sua conformação ao estrito trabalho cativo - importa problematizar essa realidade da perspectiva da população negra, tradicionalmente tida como grupo social e político menos expressivo, no sentido de observar as diferentes formas que esta população utilizou para marcar sua presença e viabilizar suas demandas, interferindo na dinâmica do seu dia a dia e, consequentemente, na configuração do próprio cenário do qual faziam parte.

A partir de mudanças econômicas e políticas, assim como das transformações culturais que ocorriam ao redor, podendo mesmo vir a ser seus principais responsáveis, os negros procuraram meios de se afirmar como sujeitos históricos, dentre os quais destacamos o aprendizado da leitura e da escrita.

Entendida aqui como uma expressão entre as estratégias e formas de organização criadas pela população negra do Brasil oitocentista, a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco se inscreve entre as entidades coletivas que se constituíram como espaços privilegiados de acolhimento e proteção, ou mesmo instâncias de reivindicação por demandas específicas, com as quais essa população poderia contar. Assim, exercitavam não apenas a sociabilidade entre seus pares, mas também sua prática política, mesmo

que parecesse limitar-se a pequenos atos ou estar circunscrita ao seu universo social.

No plano mais específico, tal ação representou o surgimento de mais uma alternativa aos negros no Recife nesse período, uma vez que este era o perfil racial da maioria desses operários que a ela se associava e a quem suas aulas eram destinadas. Este pertencimento racial esteve nas bases do seu surgimento, assim como nos rumos de suas ações. Da mesma forma, traria bem mais repercussões no particular contexto de disputa por espaço nas frentes de trabalho que os operários “locais” vinham travando com os operários estrangeiros, que, cada vez mais, foram se instalando na cidade, de modo privilegiado, pela mentalidade racista instalada nas bases da organização da sociedade brasileira.

Por meio dessa ação educativa, a Associação dos Artistas acabou também representando uma significativa instância promovida por negros e aberta aos negros, para a apropriação da leitura e da escrita, principalmente àqueles que constituíam boa parte do contingente de trabalhadores locais. Uma apropriação que passou a se processar mais sistematicamente nas aulas de primeiras letras que a entidade veio a oferecer, paralelamente ao ensino das técnicas mecânicas, atraindo assim, todo um contingente de trabalhadores jovens e adultos para o seu aprendizado.

Conforme as condições que seu contexto oferecia, mas também estabelecendo suas próprias condições, a associação atuou no ensino das letras, considerando o que isso poderia proporcionar a esses sujeitos, no acesso a determinados espaços ou posições dentro de uma sociedade hierarquizada e excludente. Numa perspectiva mais ampla, ela reforça a necessidade de maiores estudos sobre a participação ativa da população negra no processo de alfabetização difundido no Brasil, bem como sua contribuição para a difusão de tal conhecimento e da consolidação do próprio espaço escolar, como importante lugar de formação e de instrução, agregando a isso outras expectativas sociais frente aos estigmas do escravismo.

Fontes

DIÁRIO DA NOITE. Recife: [s.n.], 11 jan. 1958. Não paginado.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife: CEPE, 19 jan. 1836. p. 14.

_____. Recife: CEPE, 01 fev. 1843. p. 4.

_____. Recife: CEPE, 29 jul. 1953. Não paginado.

JORNAL DO COMÉRCIO. Recife: Editora Jornal do Commercio S/A, 11 out. 1944. Não paginado.

_____. Recife: Editora Jornal do Commercio S/A, 02 ago. 1951a. Não paginado.

_____. Recife: Editora Jornal do Commercio S/A, 30 out. 1951b. Não paginado.

_____. Recife: Editora Jornal do Commercio S/A, 31 out. 1951c. Não paginado.

_____. Recife: Editora Jornal do Commercio S/A, 01 nov. 1951d. Não paginado.

_____. Recife: Editora Jornal do Commercio S/A, 04 nov. 1951e. Não paginado.

Legislação

BRASIL. Presidência da República. *Lei Imperial de 15 de outubro de 1827*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1827. Folha 86 do livro 10 de cartas leis e alvarás, p. 71-73. (Coleção de Leis do Império do Brasil).

PERNAMBUCO. *Lei Provincial nº 43 de 10 de junho de 1837*. Recife: Typographia de M.F. de Faria, 1837. Folha 63 do 1º livro de Leis Provinciais, p. 26-35, 12 jun. 1837.

Manuscritos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO – ALEPE. *Ofício da Associação das Artes Mecânicas à Assembleia Legislativa da Província de Pernambuco*. Recife: ALEPE, 10 mar. 1846. Arquivo – OR.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO – ALEPE. *Ofício da Associação dos Artistas Mecânicos e Liberais à Assembleia Legislativa de Pernambuco*. Recife: ALEPE, 23 mar. 1854. Arquivo – 125 - P/Educação.

SOCIEDADE DOS ARTISTAS MECÂNICOS E LIBERAIS DE PERNAMBUCO – SAMLP. *Livro de Matrículas dos Sócios da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco*. Recife: SAMLP, 1841. p. 4-165. (UNICAP/Coleções Especiais).

SOCIEDADE DOS ARTISTAS MECÂNICOS E LIBERAIS DE PERNAMBUCO – SAMLP. *Livro de Matrículas nas Aulas de Primeiras Letras da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco*: Termo de abertura. Recife: SAMLP, 1858. 4 p. (UNICAP/Coleções Especiais).

Referências

BELLO, R. *Subsídios para a história da educação em Pernambuco*. Recife: Secretaria da Educação e Cultura de Pernambuco, 1978.

FARIA FILHO, L. M. Representações da escola e do alfabetismo no século XIX. In: BATISTA, A. A. G.; GALVÃO, A. M. O. (Orgs.). *Leituras, práticas, impressos, letramentos*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 143-164.

_____. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 135-150

FONSECA, M. V. *População negra e educação: o perfil racial das escolas mineiras no século XIX*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

GINZBURG, C. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, N. L. Escola e diversidade étnica-cultural: um diálogo possível. In: DAYRELL, J. (Org.). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1996. p. 85-91.

KARASCH, M. C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KOSTER, H. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1998. (Coleção Pernambucana, v. 17).

LUZ, I. M. *Compassos letrados: profissionais negros entre instrução e ofício no Recife (1840-1860)*. 2008. 191 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

REIS, J. J. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

ROCHE, D. As práticas da escrita nas cidades francesas do século XVIII. In: CHARTIER, R. (Org.). *Práticas de Leitura*. Tradução de Cristiane Nascimento. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. p. 177-200.

SILVA, A. M. P. *Aprender com perfeição e sem coação: uma escola para meninos pretos e pardos na Corte*. Brasília: Editora Plano, 2002.

SILVA, E. *Dom Obá II D'África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

VEIGA, C. G. Crianças negras e mestiças no processo de institucionalização da instrução elementar, Minas Gerais, século XIX. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3., 2004, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2004.

WISSEMBACH, M. C. C. Cartas, procurações, escapulários e patuás: os múltiplos significados da escrita entre escravos e forros na sociedade oitocentista brasileira. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 4, p. 103-122, jul./dez. 2002. Dossiê “Negros e a Educação”.

ZEMON-DAVIS, N. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna*: Tradução de Maria Corrêa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

Endereço para correspondência:

Itacir Marques da Luz
Universidade Federal de Minas Gerais
Rua Melu, 107
Prado Recife
Recife – PE
CEP: 50630-500
E-mail: itacirluz@gmail.com

Recebido em: 27 jul. 2012

Aprovado em: 1 nov. 2012